



Nota política

POSIÇÃO SOBRE A REVOLUÇÃO NA RÚSSIA DE 1917

Tem sido um consenso considerar a Revolução Russa de 1917 o mais importante evento político do século XX. Mas este consenso termina com essa afirmação, pois são muitas as correntes políticas, teóricas e acadêmicas que reivindicam a Revolução Russa. Tomamos como base **a classe proletária em movimento** como critério central para a análise crítica desse evento histórico. Conseqüentemente, esboçamos uma crítica das interpretações hegemônicas que compõem suas análises com outras classes e outros fatores. Antes disso, é importante apresentar alguns dos critérios que adotamos para orientar a nossa análise sobre quaisquer conflitos sociais e de classe.

Entendemos que toda atividade política revolucionária, para ser científica, deve fazer divisões onde a realidade se apresentar confusa. Do mesmo modo que toda atividade política reacionária tem por objetivo tornar confusas as divisões reais. Ademais, consideramos que as ideologias são operações de ocultamento, logo, objetivam construir falsas totalidades para que possam ser aceitas como verdadeiras. Partimos também da compreensão que a divisão fundamental da sociedade em que vivemos se dá entre as classes capitalistas e o proletariado. Enquanto a classe proletária (vendedores de força-de-trabalho) se amplia a cada dia – sob variadas formas jurídicas -, existem duas classes capitalistas: burgueses (proprietários privados de meios de produção) e gestores (apropriadores coletivos/controladores de meios de produção).

Além disso concebemos que, de um ponto de vista do proletariado, qualquer tomada de posição não pode conceder primazia à política sobre a economia (politicismo), tampouco considerar que a economia tem primazia sobre a política (economicismo). O critério correto será sempre operar com a fusão entre ambas as esferas ao nível institucional.

É necessário adotar uma abordagem marxista dos processos históricos. Isto significa levar em consideração que os fatores materiais e forças econômicas e sociais determinam a direção e o ritmo dos desenvolvimentos históricos; que a história consiste em uma série específica de formações sociais sucessivas; que a transição de uma formação social para outra é um processo dialético e que envolve luta de classes, e que equilíbrio e estabilidade

são ilusórios. Portanto, mudança e transformação dos fundamentos da realidade são a norma social.

Contudo, adotar a abordagem marxista de processos históricos será inútil sem tomar alguns cuidados. Primeiro, não se deve pressionar os dados empíricos disponíveis para encaixá-los em esquemas *a priori*, pois este é um procedimento fértil para propiciar a elaboração de ideologias. Ou seja, para o proletariado com consciência de classe anticapitalista, explicar e extrair ensinamentos de um acontecimento tão transcendental como o que aconteceu no antigo Império Russo em 1917 e ao longo da década de 1920 implica, antes de tudo, afastar interpretações ideológicas, sejam de “direita”, sejam de “esquerda”. Segundo, não se deve analisar a Revolução Russa pela lógica binária da divisão “capitalismo/socialismo” da geopolítica. Terceiro, deve-se evitar incorrer em simplificações a partir de três grandes formas explicativas principais (sociedade de transição, capitalismo de estado e coletivismo burocrático). Entre outros prejuízos, esse procedimento deixará escapar elementos fundamentais de compreensão do passado e com valor explicativo no presente.

Fundamentalmente, é necessário conhecer as posições das correntes que se opuseram ao bolchevismo, pela esquerda, por dentro e por fora de todas as instituições bolchevizadas (partido, Estado, exército, soviets, III Internacional). Ou seja, adotar uma linha interpretativa que conceba o período revolucionário como um processo complexo e problemático, seja em seu desenvolvimento, seja em seus resultados, privilegiando os critérios determinantes para uma sociedade comunista, isto é, **a classe proletária em movimento construindo suas próprias instituições e a eliminação da mais valia.**

CRÍTICA DAS PRINCIPAIS POSIÇÕES E EXPLICAÇÕES IDEOLÓGICAS

Quando o tema é a Revolução Russa, as análises mais difundidas permanecem restritas aos campos do bolchevismo, da social-democracia e do liberalismo. Para nenhuma dessas correntes interessa ir a fundo na aplicação de critérios de análise que possibilitem fortalecer a luta contra o capital, seu modelo social e suas instituições.

Primeiramente o bolchevismo, supostamente o autêntico herdeiro da Revolução Russa, a apresenta como se fosse o resultado de um partido genial composto por pessoas geniais que aplicou uma política quase perfeita e que, quando questionado diante do fracasso evidente, o atribui a causas externas (guerras, hostilidade das democracias ocidentais) ou subjetivistas (culto à personalidade) ou economicistas (baixo desenvolvimento das forças produtivas). De acordo com essa vertente, a cada aniversário da

“grande revolução socialista de outubro” teríamos a celebrar somente “vitórias” e “conquistas”, fornecendo-nos um belo exemplo de referência histórica canonizada.

Igualmente ideológica é a explicação social-democrata. Até se livrar oficialmente da teoria marxista, e coerente com seu conteúdo reformista, atacou duramente todos os pontos revolucionários do processo. Desse modo, tudo o que se chocou com seu pacifismo (frente aos capitalistas), parlamentarismo, sindicalismo, legalismo, evolucionismo economicista e fatalismo socialisteiro foi abominado e rotulado como “aventureirismo” e “inconsequência” que não poderia dar certo e nem deveria ser tentado/experimentado. A criação de novas instituições pela revolução (soviets) foi censurada por não subordinar o processo ao parlamento, por exemplo. Depois que se livrou do marxismo, suas críticas perderam singularidade e se tornaram cada vez mais idênticas às críticas dos liberais.

A terceira grande fonte de explicação ideológica da Revolução Russa, a da direita liberal, ressalta apenas os aspectos que feriram de morte a hegemonia da burguesia no processo. A liquidação da propriedade burguesa é apresentada como “terror econômico” do novo regime e a quebra da resistência desesperada da contrarrevolução é distorcida como um “despotismo sanguinário” dos revolucionários. O uso da justiça revolucionária contra a nobreza é apresentado como “sede de vingança e revanchismo”. A opção pelos camponeses pobres contra os camponeses ricos continua a ser denunciada como “um banho de sangue responsável pela quebra do setor produtivo” (leia-se: empresários rurais ricos). A revelação da diplomacia secreta expondo os acordos espúrios da Rússia com as democracias, que o governo bolchevique fez em um primeiro momento, é criticada como fator de “instabilidade institucional” e do caráter pouco confiável do bolchevismo. Estes são alguns exemplos entre tantas falsificações.

CRÍTICA DE ALGUNS MITOS E DEFINIÇÕES CONSAGRADAS

A definição consagrada dos acontecimentos havidos entre 1917 e 1928 como “Revolução Russa” é falsa. Revela que o processo foi pensado a partir de bases explicativas explicitamente nacionais. O que aconteceu naquele momento foi, na verdade, uma Revolução Europeia na qual a singularidade russa foi a de ser o único local que, graças à determinação do proletariado e do campesinato naquela região, conseguiu não ser esmagado “de fora” pelas forças abertamente contrarrevolucionárias. Diferentemente da República Soviética da Hungria, por exemplo, que durou apenas cinco meses. Além de Rússia e Hungria também se inclui a revolução na Alemanha (1918-21), envoltas em um contexto de lutas proletárias dentre as quais se destacaram ocupações de fábricas no norte

da Itália (1919-20), uma onda nacional de greves na Grã-Bretanha (1919) e importantes greves na França (1919-20) e Espanha (1919-23). Este contexto de lutas proletárias foi além do continente europeu, como nos EUA (1919) e China (1917-1927), e teve força suficiente para forçar o fim da Primeira Guerra Mundial interimperialista.

Definir a instituição formada no processo como “União ‘Soviética’” é uma ideologia de Estado. Os soviets (conselhos, em russo) surgiram da luta direta do proletariado - não foram elaborados por nenhum teórico. São órgãos de poder surgidos com o operariado russo em 1905 e reestabelecidos em 1917 para destruir o Estado e eliminar a separação institucional entre política e economia. A “transição socialista” bolchevique jamais colocou em questão estes dois aspectos decisivos. Pelo contrário, criou aberrações ideológicas do tipo “Estado Proletário”, “Semi-Estado” e “Estado Socialista” para justificar a adoção de medidas práticas antiproletárias a exemplo do comando unipessoal nas empresas, reprimindo e esvaziando as assembleias operárias nos locais de trabalho. Desse modo, os conselhos criados pela inventividade proletária foram reprimidos em sua autonomia logo no início do processo, colocados como órgãos consultivos paralelos ao Estado e subordinados na prática ao partido de Lênin, tornado único pela violência. Assim, esvaziados do conteúdo revolucionário, os soviets foram glorificados para manter viva a imagem de uma luta e um poder que não mais existiam, servindo apenas de imagem romantizada para legitimar ações antiproletárias e anticomunistas do Estado e do Partido “Comunista” russos.

A defesa militar da revolução foi outro componente decisivo que recebeu a devida carga ideológica no mosaico de falsificações. Tanto pela estratégia escolhida, quanto pela forma institucional a ser criada. O Exército Vermelho foi formado a partir de uma decisão extremamente polêmica e tomada por uma maioria apertada no interior do Partido Bolchevique, na qual foi preciso derrotar duas outras propostas. A principal das propostas derrotadas defendia que fossem formadas milícias operárias com uma estratégia de guerra prolongada (abandono temporário dos centros urbanos, constituição de milícias na zona rural pelo proletariado urbano fugido das cidades, cerco e posterior ocupação final dos centros urbanos). A proposta vencedora desconsiderava a possibilidade de iniciar na guerra civil o processo de fusão entre campo e cidade, ou seja, de fazer da guerra civil um meio de construção do comunismo. Venceu a estratégia da insurreição, que consistia em militarizar a revolução para defender os centros urbanos a curto prazo, criando forças armadas de tipo burguês (tropas restritas, hierarquias fixas, sem eleições nem revogabilidade de postos de comando e sem decisões coletivas, incorporando inclusive oficiais czaristas). Esse foi o conteúdo do glorificado Exército Vermelho dos bolcheviques.

Outro mito/ideologia difundido foi o de que houve duas revoluções: uma “burguesa” em fevereiro e outra “socialista” em outubro. Como se fosse possível dar cabo das tarefas históricas do capitalismo em oito meses, bastando uma alteração de partidos no comando do Estado.

A corrente trotskista também contribui com a coleção de mitos e ideologias. Sua tese de que a “velha guarda bolchevique” seria capaz de recolocar a revolução nos trilhos se não tivesse sido assassinada por Stálin é inteiramente falsa. Antes de ser assassinada, esta velha guarda estava longe de compor uma unidade em oposição à corrente stalinista, dividida que estava em inúmeras frações.

A corrente anarquista por sua vez alimenta o mito da “democracia camponesa”, de conteúdo politicista, desconsiderando a materialidade econômica da zona rural russa, que estava sob condições feudais.

Tais processos políticos, econômicos e militares permitem compreender por que na Rússia - e pela primeira vez no planeta - a burguesia desapareceu fisicamente, mas o capitalismo continuou sob a forma de um Capitalismo de Estado que serviu de transição e preparou as condições para o atual capitalismo privado em vigor desde 1990 com o fim da URSS. Não esquecer que, em termos mundiais, mesmo superada na Rússia, esta via de desenvolvimento capitalista surgida em 1917 está longe de estar esgotada, vide os regimes que vigoram na China, Coreia do Norte, Cuba, Vietnam.

PRINCIPAIS TENTATIVAS MARXISTAS DE EXPLICAR A REVOLUÇÃO RUSSA

Desde 1917, mais de uma centena de autores e grupos marxistas elaboraram teorias e críticas sobre a natureza da URSS. Descartamos completamente aquelas que entendiam que a URSS era socialista ou estava em transição para o comunismo pelo seu mais puro caráter ideológico. As demais, com grande número de matizes e variantes, podem ser agrupadas em 5 grandes grupos que vão desde aquelas teorias que entendem que a URSS foi um Capitalismo de Estado, até as teorias críticas da URSS sem qualquer rótulo, passando pela teoria de que a URSS foi um Estado Operário Degenerado (Trotsky), a teoria que explica a URSS como um Coletivismo Burocrático e a teoria que entende ser a URSS um novo modo de produção (subdividida entre a que sustenta existir uma classe dominante consolidada e a outra que tal classe dominante não estava consolidada).

Consideramos a posição mais alinhada com o critério da classe proletária em atividade política a teorizada pela Esquerda Comunista Germano-Holandesa. Inicialmente apoiadores entusiasmados dos acontecimentos na Rússia, logo, assim como Rosa Luxemburg,

desenvolveram reservas e críticas que evoluíram para o antagonismo. À medida que os conflitos dentro da III Internacional entre “Comunistas de Partido” e “Comunistas de Conselhos” se intensificaram em 1919-20, estas distinções serviram como importantes fundamentos para as diferenças políticas, táticas e organizativas. Com matizes e ênfases diferenciadas, ela se apresenta em 3 blocos históricos que receberam expressão teórica respectivamente por: a) Gorter, Pannekoek e Rühle; b) Korsch, e c) Mattick. Destaca-se que embora aqui estejam apresentados individualmente, como “autores”, tratam-se todos de comunistas organizados e militantes.

Em que pese admirar o “maximalismo”¹ e a nova forma institucional encontrada (O Sistema de Conselhos Proletários), Hermann Gorter enfatizou as diferenças políticas e econômicas entre o Ocidente e o Oriente da Europa, destacando quatro diferenças fundamentais entre as situações: a) o proletariado na Rússia era pequeno, enquanto na Europa Ocidental era numeroso; b) os camponeses pobres e sem-terra eram excepcionalmente numerosos na Rússia e seu comportamento revolucionário decorreu de sua resistência contra a grande propriedade da igreja, da nobreza e do Estado. Os camponeses na Europa Ocidental, pelo contrário, eram predominantemente baseados em pequenas e médias propriedades e eram conservadores e/ou reacionários; c) O aparelho de Estado (governo e burocracia) foi “quebrado” na Rússia, mas continuava forte na Europa Ocidental, e d) O patronato na Europa Oriental era muito mais fraco em comparação com o da Europa Ocidental.

Combinados, esses quatro fatores significaram que a classe proletária na Rússia - junto com um aliado numeroso, o campesinato pobre - enfrentou um “capitalismo fraco”, enquanto o proletariado na Europa Ocidental estava “sozinho” diante de um “capitalismo muito forte”. Gorter tirou duas conclusões disso. Por um lado, uma vitória revolucionária na Europa Ocidental seria muito mais difícil de realizar do que na Rússia, mas, por outro lado, seria muito mais fácil construir o comunismo na Europa Ocidental após a revolução.

Anton Pannekoek enfatizou a questão da subjetividade. Demonstrando que a ideologia era o “poder oculto” da burguesia sobre o proletariado e, especialmente na Europa Ocidental, as influências burguesas sobre o pensamento proletário foram muito mais profundas em comparação com a Rússia. Para ele, até 1917 não havia classes burguesas fortes que tradicionalmente dominavam a vida intelectual russa, enquanto no Ocidente as tradições burguesas viviam no proletariado. Logo, no Oriente, as massas eram muito menos

¹ Relativo a uma facção dissidente do Partido Socialista Revolucionário, ligado ao movimento camponês russo, que, às vésperas da fracassada revolução russa de 1905, exigia a aplicação máxima do programa socialista, mas que em pouco tempo evoluiu para se tornar um insignificante grupo de camponeses anarquistas. O que Gorter admirava era essa postura de exigir e adotar “a aplicação máxima do programa socialista”.

“embotadas” e, portanto, mais receptivas ao comunismo. A partir desta distinção, sustentou que se os revolucionários quisessem conquistar a subjetividade do proletariado, teriam de seguir uma tática muito diferente na Europa Ocidental. No Ocidente, eram principalmente as instituições capitalistas em que o proletariado ainda tinha confiança, como parlamentos e sindicatos, que tinham de ser atacadas.

Otto Rühle demonstrou como subjetividade e materialidade necessariamente devem ser revolucionarizadas juntas. Segundo Rühle, a tentativa dos bolcheviques de ignorar toda uma época histórica, movendo-se diretamente do feudalismo para o comunismo, falhou em razão do atraso da revolução mundial. E o resultado foi: a) um socialismo politicista sem base econômica; b) uma construção teórica para legitimá-lo (ideológica); c) um regime burocrático e ultracentralizado de cima para baixo, perfeitamente compatível com o caráter burguês de sua revolução, e d) um amontoado de decretos de papel, frases de agitação e uma terrível decepção. Por isso, ao voltar de Moscou em 1920, afirmou que “o proletariado russo está ainda mais subjugado, oprimido e explorado que o proletariado alemão.” Em 1924, Rühle sustentou que quem acreditou que a revolução russa significou o início de uma reviravolta social e proletária, foi vítima de um erro na análise histórica, pois “A revolução russa poderia - dadas as suas circunstâncias históricas - desde o início, ser apenas uma revolução burguesa. Tinha que limpar o tzarismo, abrir caminho para o capitalismo e ajudar a burguesia a conduzi-lo politicamente”.

Karl Korsch vai gradativamente radicalizando suas críticas e, em 1927, formulou sua teoria da “contrarrevolução progressiva” segundo a qual, na Rússia pós-revolucionária, dois grupos se confrontaram constantemente. De um lado quem não queria continuar a luta de classes ou queria detê-la (Lênin, entre outros). Do outro lado, quem queria continuar a luta de classes. A primeira corrente fundamentada principalmente por razões de Estado, a outra por interesses de classe. No conflito entre as duas tendências, os estatistas foram vencendo seguidamente. As provas dessas vitórias foram, entre outros, o tratado de paz de Brest-Litovsk, a derrota da Oposição Operária, a repressão da revolta de Kronstadt, a liquidação da oposição trotskista e o esmagamento da guerrilha de Makhno na Ucrânia. Foi principalmente do acúmulo de derrotas parciais que, em última análise, resultou em uma grande derrota: o surgimento de uma nova sociedade capitalista. Na realidade, Korsch afirmou que a contrarrevolução burguesa havia começado ao mesmo tempo que a revolução proletária. Especialmente desde 1921, quando, nas circunstâncias econômicas alteradas, as relações de poder entre as classes sociais se deslocaram em favor dos agrupamentos burgueses, a influência contrarrevolucionária cresceu rapidamente. Assim, no espaço de dez anos, a restauração capitalista triunfou lenta e quase sub-repticiamente. Durante esse

mesmo processo de declínio, o leninismo havia degenerado em uma “ideologia estatal” aparentemente sem classe, mas, no fundo, burguesa e antiproletária, com a qual era necessário romper completamente.

Paul Mattick, de uma geração mais jovem, buscou no final dos anos 1960 desenvolver uma análise da totalidade do capitalismo contemporâneo em todas as suas diferentes formas de manifestação. E uma dessas formas, em sua opinião, era a formação soviética. O capitalismo de Estado diferiu fundamentalmente do capitalismo misto, porque já não existia um mercado, mas, ao mesmo tempo, havia semelhanças essenciais. Apesar das muitas semelhanças, nos alertou Mattick, a economia mista capitalista e o capitalismo de Estado estavam, na realidade, separados um do outro por uma clivagem profunda e, muito provavelmente, um sistema poderia não transitar para o outro pacificamente.

Mattick enfatizou que o capitalismo de Estado teve a oportunidade de se desenvolver especialmente em países com poucos recursos, nos quais a formação de capital era o pré-requisito para a socialização da produção e distribuição. A propriedade estatal dos meios de produção era a forma capitalista de propriedade socialista, sendo esta última entendida (ideologicamente) como propriedade dos trabalhadores dos meios de produção. Para sociedades como a URSS, se aplicava a regra de que ainda eram capitalistas “por serem controladas pelo governo em vez de estarem à disposição de toda a sociedade”. Isto é, Mattick adota uma definição estrita de capitalismo (trabalho assalariado e ausência de autogestão proletária) que o permitiu afirmar com segurança que o produto excedente na URSS não tinha que ser realizado como lucro.

A síntese dessas três posições indica que, para Gorter, Pannekoek e Rühle, o tempo do comunismo ainda não havia chegado para a URSS. O capitalismo subdesenvolvido teria que “amadurecer” primeiro. Contudo, diferentemente de Kautsky que, fiel ao fatalismo economicista, considerou a Revolução de Outubro uma tentativa voluntarista, condenada de antemão, de libertar um país das leis históricas e cuja formação dele surgida entraria em colapso rapidamente, para estes três pensadores/militantes a Revolução de Outubro – mesmo que os bolcheviques tivessem outras intenções subjetivas – foi apenas uma reviravolta burguesa que abriu caminho para um desenvolvimento capitalista completo.

Korsch se colocou em um grupo de pensadores/militantes para o qual a Revolução de Outubro tinha sido uma verdadeira revolução proletária e que, mesmo na Rússia atrasada, a construção do socialismo era possível sob certas condições. Contudo, diferentemente de Rosa Luxemburg - que sustentou que a construção do socialismo era um processo muito precário e que a retomada do capitalismo permaneceu uma possibilidade real – e de Clara Zetkin e Lukács (que consideravam a sociedade protossocialista como, até certo ponto, já

consolidada), Korsch defendeu que a transição para uma sociedade protossocialista havia fracassado politicamente e, por meio de uma “contrarrevolução progressiva”, o capitalismo havia sido restaurado.

Mattick atualizou a análise dos primeiros anos após 1917 para a URSS de depois dos acontecimentos e lutas generalizadas da segunda metade da década de 1960. Assim, Mattick ampliou o marxismo com a ideia de que, não só na transição de um modo de produção para outro, mas também internamente a um mesmo modo de produção, uma revolução social e econômica drástica pode ser necessária para realizar transformações internas.

QUE LEGADO REIVINDICAR?

Consideramos que não existe um fio ininterrupto de continuidade fixa que nos permita resgatar para o presente, mas apenas diretrizes. E que o trabalho de uma nova síntese internacional está em andamento (teórica, prática e organizativa). Desse modo, as seguintes diretrizes nos parecem incontornáveis: a) não orientar esforços para o interior do Estado; b) resistir à exploração e à opressão a partir dos locais de trabalho, estudo e moradia; c) não usar para uma finalidade instituições que foram criadas para outra; d) adotar ideias claras e métodos coerentes com os objetivos finalistas, com uma determinação inabalável.

Ademais, o que a Revolução Russa nos ensinou, e que é o legado que devemos reivindicar, é que naquele momento histórico o Sistema de Conselhos Proletários se apresentou como possibilidade para a sociedade do futuro comunista. Por fim, após mais de um século é fundamental entender a Revolução Russa como parte de um contexto mais amplo de erupções havidas entre 1917-1921, sem adotar atitude de contemplar dogmaticamente uma ruptura histórica localizada no passado distante, mas contribuindo para a unificação das lutas de hoje e de amanhã, preparando o próximo levantamento consciente da classe proletária rumo ao comunismo que é “o enigma resolvido da história, e sabe que é a solução”.

